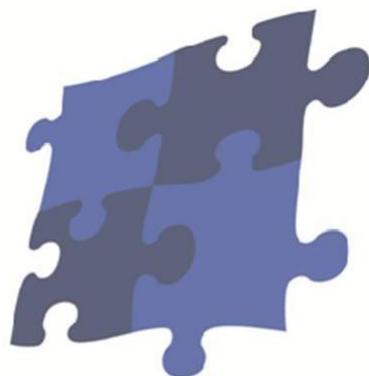




PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

*PLANO DE LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL DO
PODER JUDICIÁRIO DE
ALAGOAS
2015/2020*



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO
JUDICIÁRIO ALAGOANO



COMPOSIÇÃO

Desembargador WASHINGTON LUIZ DAMASCENO FREITAS
PRESIDENTE

Desembargador JOÃO LUIZ AZEVEDO LESSA
VICE-PRESIDENTE

Desembargador KLEVER RÊGO LOUREIRO
CORREGEDOR- GERAL DA JUSTIÇA

DESEMBARGADORES

Desembargadora ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO
Desembargador SEBASTIÃO COSTA FILHO
Desembargador JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES
Desembargador PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO
Desembargador JAMES MAGALHÃES DE MEDEIROS
Desembargador OTÁVIO LEÃO PRAXEDES
Desembargador ALCIDES GUSMÃO DA SILVA
Desembargador TUTMÉSAIRAN DE ALBUQUERQUE MELO
Desembargador PAULO BARROS DA SILVA LIMA
Desembargador FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA
Desembargador FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO
Desembargador DOMINGOS DE ARAÚJO LIMA NETO

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA
CELYRIO ADAMASTOR TENÓRIO ACCIOLY
ORLANDO ROCHA FILHO
ROLDÃO OLIVEIRA NETO
MAURÍLIO DA SILVA FERRAZ

ELABORAÇÃO

COMISSÃO AMBIENTAL DO PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

ROLDÃO OLIVEIRA NETO (Juiz auxiliar da Presidência- Presidente da Comissão), TIAGO CALHEIROS
MALTA(Diretor Geral), NILO BRANDÃO MEIRELES JUNIOR (Secretario Especial da Presidência),
ALEXANDRE DE CAIADO CASTRO MORAES, NOEL DOURADO DA SILVA FILHO(Diretor da DARAD), LUIZ
CAMPOS TEIXEIRA NETTO(Diretor do DCMP) e MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI (Secretário da
Comissão)

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO – APMP

Assessor-Chefe CLÓVIS GOMES DA SILVA CORREIA

Coordenador da Divisão de Projetos ALEXANDRE DE CAIADO CASTRO MORAES

Técnica Judiciária FABRICIA HANIERY CAVALCANTE SILVA

Núcleo Socioambiental do Poder Judiciário de Alagoas- NSA/AL

Coordenador do Núcleo Socioambiental do Poder Judiciário de Alagoas- NSA/AL - MARÇAL FORTES
SILVEIRA CAVALCANTI

Técnico Judiciário- GUILHERME MACHADO REBELO

COLABORAÇÃO

GESTORES DOS INDICADORES DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

1 –Indicador PAPEL

Expedito Quintela da Silva

2 –Indicador Copos Descartáveis

Expedito Quintela da Silva

3–Indicador Energia

Guilherme Machado Rebelo

4–Indicador Recursos de Impressão

Armando Gonçalves da Silva Junior

5–Indicador Água Engarrafada

Rodrigo Silva Mendes

6–Indicador Água e Esgoto

Rodrigo Silva Mendes

7–Indicador Gestão de Resíduos Sólidos

Guilherme Machado Rebelo

8–Indicador Qualidade de Vida

Gabriela Maia Lemos Lyra Cabral

9–Indicador Telefonia

Aline Gama Pinheiro de Melo

10–Indicador Vigilância

Guilherme Machado Rebelo

11–Indicador Limpeza

Noel Dourado da Silva Filho

12- Indicador Combustíveis

James Edwim Alarcão

13- Indicador Veículos

James Edwim Alarcão

14- Indicador Layout

Marçal Fortes Silveira Cavalcanti

15–Indicador Capacitação em Educação Ambiental

Guilherme Machado Rebelo / Marçal Fortes Silveira Cavalcanti

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

Praça Marechal Deodoro, 319, Centro
CEP: 57020-919 – Maceió/AL
Site: www.tjal.jus.br

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO – APMP

Fone: (82) 4009- 3197
E-mail: apmp@tjal.jus.br

ÍNDICE

<i>Composição</i>	
<i>Elaboração e Colaboração.....</i>	
<i>Apresentação.....</i>	07
<i>Dados apresentados e forma de gestão do PLS 2015/2016</i>	09
<i>Diretrizes Estratégicas e Metas do Plano de Logística Sustentável.....</i>	11
<i>1 - indicador 1- Papel</i>	12
<i>2 - indicador 2- Copos.....</i>	13
<i>3 -indicador 3 - Água Engarrafada.....</i>	14
<i>4 - indicador 4- Impressões</i>	15
<i>5 - indicador 5- Água e Esgoto</i>	17
<i>6 - indicador 6- Energia Elétrica</i>	18
<i>7 -indicador 7- Resíduos Sólidos.....</i>	19
<i>8 -indicador 8- Qualidade de Vida</i>	21
<i>9 - indicador 9-Telefonia.....</i>	23
<i>10 - indicador 10- Vigilância.....</i>	25
<i>11 - indicador 11- Limpeza</i>	26
<i>12 - indicador 12- Combustíveis</i>	27
<i>13 - indicador 13- Veículos</i>	28
<i>14 - indicador 14- Layout</i>	29
<i>15 - indicador 15- Capacitação em Meio Ambiente.....</i>	30
<i>Agradecimentos</i>	31
<i>Anexo I -Relatório consolidado de bens adquiridos com critérios de sustentabilidade</i>	32

APRESENTAÇÃO

O Planejamento Estratégico do Poder Judiciário de Alagoas tratou as questões ambientais como um pré-requisito intrínseco aos diversos Macrodesafios estabelecidos no seu Plano Estratégico 2015/2020 e respectivo Plano de Ações 2015/2016, tais como Garantia dos Direitos de Cidadania, Melhoria da Gestão de Pessoas, Aperfeiçoamento da Gestão de Custos, Instituição da Governança Judiciária, Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC e Garantir a Infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais, não sendo estabelecido um Macrodesafio específico para o atendimento das demandas ambientais, pois foi consenso, no âmbito do Poder Judiciário de Alagoas, a necessidade de abordagem sob os vários aspectos das atividades diárias.

Como estratégia para o desenvolvimento das ações, a Comissão de Meio Ambiente do Poder Judiciário e o Núcleo Sócio Ambiental delegaram responsabilidades aos diversos gestores dos contratos relacionados aos indicadores estabelecidos pela Resolução nº 201, de 03 de março de 2015, do Conselho Nacional de Justiça- CNJ, para, baseado nas expertises adquiridas nos temas propusessem metas de redução de consumo, de implantações de ações voltadas à melhoria de qualidade de vida e ao respeito ao meio ambiente, com finalidade de construção do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas- PLS.

Além de estipular as metas, os gestores dos contratos passaram a desempenhar a função de gestores de indicadores do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário- PLS e a ser responsáveis por propor as ações que contribuirão no alcance das metas estabelecidas.

Com o sucesso dessa estratégia, associada ao recurso tecnológico da planilha colaborativa, online, destinada à inserção e acompanhamento das ações do Plano e as atuações efetivas da Comissão de Ambiental do Poder Judiciário de Alagoas e do Núcleo Sócio Ambiental do Poder Judiciário de Alagoas- NSA/AL despertou-se uma sinergia positiva entre os diversos envolvidos no processo a qual pretendemos ampliar às demais unidades com as campanhas de divulgação objetivando a sensibilização, além da transparência dos dados de cumprimento de metas de consumo das unidades do Poder.

Importante frisar que por se tratar do primeiro ano de efetiva adoção do Plano de Logística Sustentável- PLS muitos dos indicadores carecem da implantação e ou melhoria da sistemática de apuração, o que viabilizará a aferição otimizada dos dados, e, a partir daí, a definição de metas realísticas.

Assim sendo, a partir do estabelecimento das metas e da efetiva prática de gestão do Plano, no ano de 2016, poderemos estimular e gerenciar o desenvolvimento das práticas sustentáveis de racionalização e consumo consciente de materiais e serviços.

Em relação às práticas sustentáveis de meio ambiente podemos destacar que o Tribunal de Justiça de Alagoas já inseriu critérios de sustentabilidade em suas licitações, voltadas às aquisições de pape e mobiliário, além de contratações de serviços relacionados às obras e reformas.

Ressalta-se a necessidade de adoção das ações de reconhecimento dos esforços dispensados pelos servidores e magistrados no alcance das metas, utilizando-se, para tanto, de premiações e da implantação do selo de consciência ambiental cujos critérios serão estabelecidos.

Nesse sentido, a Presidência deste Tribunal de Justiça de Alagoas, por intermédio da Comissão Ambiental do Poder Judiciário de Alagoas, dará o apoio necessário ao sucesso das ações previstas no Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas- PLS, sempre primando pela transparência dos resultados obtidos e possibilitando as alterações de curso necessárias ao alcance das metas estabelecidas.

Dados apresentados e forma de gestão do PLS 2015/2016

A estratégia de gestão do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas- PLS prevê apuração, estabelecimento de metas e o gerenciamento dos indicadores até o ano de 2020.

Contudo, neste primeiro ano de efetivo trabalho com o novo conceito de PLS, identificou-se que muitos dos indicadores estabelecidos pelo CNJ não dispunham de sistemática definida de apuração, nem ofereciam condições, mesmo a partir de ações planejadas para o futuro, de se estabelecer metas para um período mais extenso.

Por este motivo, embora no acesso às planilhas de controle disponível no Sítio do TJ Alagoas possamos identificar metas até 2020, para alguns dos indicadores optamos por apresentar nosso primeiro Plano de Logística Sustentável apenas com metas para 2016.

Com efeito, a partir da implantação e aperfeiçoamento das sistemáticas de apuração dos indicadores, da análise das metas alcançadas e dos resultados obtidos no biênio iremos editar anualmente novas metas e planos de ação durante o Período 2017-2020.

Forma de Gestão e Controle das Informações do PLS - Metodologia

O Plano de Logística Sustentável está sendo trabalhado em três instâncias:

1. Operacional – Gestores dos Indicadores

Instância na qual os gestores dos contratos que atuam no controle dos indicadores e têm acesso mais rápido e direto às variáveis que influenciam nos resultados propõem, juntamente com as demais instâncias e usuários em geral, ações que estimulam o consumo consciente.

2. Gerencial – Núcleo Socioambiental do Poder Judiciário de Alagoas/ NSA

Instância que controla a execução do Plano de Logística Sustentável- PLS oferecendo ferramentas, acompanhando, colaborando e cobrando dos Gestores o desenvolvimento das ações promotoras do consumo consciente, inseridas no PLS. Além de apurar, gerenciar e disponibilizar os indicadores de resultado. O Núcleo Socioambiental faz o papel levar à Comissão Ambiental do Poder Judiciário questões de decisão e de aprovação do Plano.

3. Decisória – Comissão de Meio Ambiente do Poder Judiciário de Alagoas

Instância que trata da aprovação das ações contidas no Plano de Logística Sustentável- PLS, analisa os resultados e propõe diretrizes de atuação do Poder Judiciário de Alagoas em questões relacionadas ao consumo consciente e ao meio ambiente em geral.

Meio de controle e disponibilização das informações

Como ferramenta de construção, controle e transparência das informações contidas no Plano de Logística Sustentável- PLS foi adotada planilha colaborativa, acessada e alimentada através do software, *on line*, Google Planilhas, disponível na Internet, que permite tanto a alimentação dos dados com segurança pelos gestores de indicadores, como a visualização por todos os interessados em acompanhar o Plano de Logística Sustentável- PLS, acessado pelo endereço eletrônico abaixo:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1zkP7PyW4Wr2cBucxyPJiA-GfOd9GBmO-az8ZGFBjpDo/pubhtml>.

Planilhas

Diretrizes Estratégicas e Metas do Plano de Logística Sustentável

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas				
Grupo de indicador	Material de consumo			TEMA PAPEL
Objetivo	Redução do consumo de papel branco e sua substituição por papel reciclado ou com certificado florestal FSC			Gestor Responsável/ Unidade Responsável Expedito Quintela/ DCMP
Indicadores/metas	Indicadores		Metas para 2016	Data de Início Data de Término
	1. Consumo de papel branco, reciclado e total de branco e reciclado (total de resmas)		24.031 (-5%)	nov/15
AÇÕES	JUSTIFICATIVA		ETAPAS	UNIDADES ENVOLVIDAS
	A média de consumo mensal pelo Poder Judiciário alagoano é de 2108 resmas. É necessário que todos tenham consciência de que só devem imprimir e copiar frente e verso e em quantidade necessária, salvando os documentos em arquivos virtuais, evitando os espaços ociosos no corpo do texto, fazendo as correções no próprio computador, utilizando o e-mail para comunicação interna e externa, enviando o material pelo correio eletrônico. Para isso a campanha terá como forma de divulgação cartazes a serem instalados em pontos estratégicos com no hall de entrada; no Setor de Protocolo; no Atendimento das Secretarias das Varas; nos murais; nos banheiros etc.		Elaborar Campanha	DICOM/DCMP/NSA
			Aprovar Campanha	COMISSÃO S.A.
			Implementar Campanha	DICOM
			Elaborar premiação por reconhecimento	DICOM/DCMP/NSA/APMP/DIATI
			Aprovar forma de premiação	COMISSÃO S.A.
			Elaboração de resolução regulamentando premiações	APMP
			Aprovar resolução no Pleno	COMISSÃO S.A.
			Apuração anual de resultados	NSA/DCMP/DIATI
			Realizar premiação	PRESIDÊNCIA
Promover a reutilização de papel	Necessidade de se criar uma forma de aproveitar folhas de papel utilizadas e impressas apenas de um lado, como alternativa à aquisição de blocos para anotação		Analizar viabilidade do setor de mecanografia montar blocos de rascunho com papel reutilizável.	almoxarifado e mecanografia
			Montar blocos de rascunho com papel reutilizável	mecanografia

<i>Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas</i>				
Grupo de indicador	Material de consumo		TEMA	Copos descartáveis
Objetivo	Redução do consumo de copos descartáveis plásticos adotando alternativas		Gestor / Unidade Responsável	Expedito Quintela/ DCMP
Indicadores/metas	Indicadores		Data de Início	Data de Término
	1. Consumo de copos de 200 ml descartáveis (centos) / total corpo funcional+ força de trabalho auxiliar		3,79(-10%)	nov/15
	2. Gasto com aquisição de copos descartáveis (200ml)		R\$ 249.607,19 (-5%)	dez/16
AÇÕES	JUSTIFICATIVA	ETAPAS	UNIDADES ENVOLVIDAS	STATUS
Substituição do uso de copos descartáveis por copos de acrílicos reutilizáveis	A sustentabilidade do planeta, atualmente em destaque em todos os setores da sociedade, torna todos os cidadãos responsáveis por suas ações e omissões que de alguma forma causam impactos ao meio ambiente. Dessa forma, o uso do copo descartável, aparentemente inofensivo, gera grande volume de resíduo sólido causador de impactos ambientais negativos, deve ser coibido.	Elaborar estudo da viabilidade financeira Elaborar campanha de divulgação para sensibilizar servidores e magistrados quanto a necessidade de substituição dos copos descartáveis por copos reutilizáveis Elaborar Termo de Referência para aquisição do novo produto	Almoxarifado/NSA - Núcleo Socioambiental Almoxarifado/NSA - Núcleo Socioambiental e DICOM Almoxarifado/NSA - Núcleo Socioambiental	A fazer A fazer A fazer
Realizar campanha de sensibilização para redução do consumo de copos descartáveis	A redução do consumo de copos descartáveis e a adoção de copos de acrílico só serão bem sucedidas se houver uma forte sensibilização junto aos Magistrados, servidores e visitantes em geral.	Definição das estratégias de comunicação Elaboração e divulgação do ranking de consumo de copos Implementação da campanha de sensibilização	Almoxarifado/NSA - Núcleo Socioambiental e DICOM Almoxarifado/NSA - Núcleo Socioambiental Almoxarifado/NSA - Núcleo Socioambiental e DICOM	A fazer A fazer A fazer

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas				
Grupo de indicador	Material de consumo			Água engarrafada
Objetivo	Redução do consumo de águas condicionadas em embalagens plásticas			Gestor / Unidade Responsável
Indicadores/metas	Indicadores		Metas para 2016	Data de Início
	1. Consumo de garrafões de 20 litros		18.136(-5%)	nov/15
AÇÕES	2. Valor (R\$) gasto com compra de garrafões 20 litros		R\$90.649,00(-5%)	dez/16
	JUSTIFICATIVA	ETAPAS		UNIDADES ENVOLVIDAS
	O valor do litro da água encanada é de R\$ 0,0045, enquanto que o litro da água mineral engarrafada em garrafões de 20 litros fica em torno de R\$ 0,225, valor 50 vezes maior. E cada cafeteira utiliza 20 litros por turno.	Licitar purificadores Instalar purificadores em todas as copas do TJ Realizar campanha de capacitação e conscientização das copeiras		DARAD/DCA DARAD DARAD / DICOM /NSA
				STATUS
				A fazer
				A fazer
				A fazer

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas				
Grupo de indicador	Material de consumo		TEMA	Impressão de documentos
Objetivo	Redução das impressões de documentos		Gestor / Unidade Responsável	Armando Junior / DIATI
Indicadores/metas	Indicadores		Data de Início	Data de Término
1. Impressões de documentos totais/total corpo funcional+ força de trabalho auxiliar		Metas para 2016	nov/15	dez/16
2. Equipamentos instalados		2759 (-5%)		
3. Performance dos equipamentos instalados		640		
4.Gasto com aquisição de suprimentos		13.875 (-5%)		
5. Gasto com aquisição de impressoras		Não se aplica		
5. Gastos com aquisições de suprimentos, impressoras e contratos de outsourcing de impressão		R\$ 943.304,47 (-5%)		
AÇÕES	JUSTIFICATIVA	ETAPAS	UNIDADES ENVOLVIDAS	STATUS
Implementação de campanha de divulgação voltada à conscientização para redução das impressões (em conjunto com indicador consumo de papel)	A média de consumo mensal pelo Poder Judiciário alagoano é de 2108 resmas. É necessário que todos tenham consciência de que só devem imprimir e copiar frente e verso, em quantidade necessária, salvando os documentos em arquivos virtuais, evitando os espaços ociosos no corpo do texto, fazendo as correções no próprio computador, utilizando o e-mail para comunicação interna e externa, enviando o material pelo correio eletrônico. Para isso a campanha terá como forma de divulgação cartazes a serem instalados em pontos estratégicos no hall de entrada; no Setor de Protocolo; no atendimento das Secretarias das Varas; nos murais; nos banheiros etc.	Elaborar Campanha	DICOM/DCMP/NSA	Em andamento
		Aprovar Campanha	COMISSÃO S.A.	A fazer
		Implementar Campanha	DICOM	A fazer
		Elaborar premiação por reconhecimento	DICOM/DCMP/NSA/APMP/DIATI	A fazer
		Aprovar forma de premiação	COMISSÃO S.A.	A fazer
		Elaboração de resolução regulamentando premiações	APMP	A fazer
		Aprovar resolução no Pleno	COMISSÃO S.A.	A fazer
		Apuração anual de resultados	NSA/DCMP/DIATI	A fazer
		Realizar premiação	PRESIDÊNCIA	A fazer
Quinzenalmente notificar os chefes de setores sobre o excesso de impressões	Notificar os chefes dos TOP 50, setores sobre o excesso de impressões	Mapear quinzenalmente as unidades que mais utilizam os recursos de impressão	DIATI	A fazer
		Definição de sistemática e modelo de comunicação formal as unidades administrativas e jurisdicionais que mais utilizaram recursos de impressão	DIATI	A fazer
		Realizar a comunicação formal as unidades que mais utilizaram recursos de impressão no período	DIATI	A fazer
Adicionar marca d'água nas	Adicionar marca d'Água em todas as impressões realizadas no Tribunal, no intuito de reduzir impressões não relativas ao	Elaborar projeto de regulamentação para inserção de marca d'água em todos os documentos impressos .	DIATI	A fazer

impressões	trabalho	Definição de sistemática e modelo de comunicação formal às unidades administrativas e jurisdicionais que mais utilizaram recursos de impressão	DIATI	A fazer
		Realizar a comunicação formal às unidades que mais utilizaram recursos de impressão no período	DIATI	A fazer
Colocar todas as impressoras em rede (Projeto Piloto - Fórum de Barro Duro)	Colocar todas as impressoras em rede para obter mais detalhes sobre quem está imprimindo	Elaborar projeto de regulamentação para inserção de marca d'água em todos os documentos impressos .	DIATI	A fazer
		Definição de sistemática e modelo de comunicação formal as unidades administrativas e jurisdicionais que mais utilizaram recursos de impressão	DIATI	A fazer
		Realizar a comunicação formal às unidades que mais utilizaram recursos de impressão no período	DIATI	A fazer

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas						
Grupo de indicador	Material de consumo		TEMA	Água e Esgoto		
Objetivo	Redução do consumo de água através de práticas de sustentabilidade		Gestor / Unidade Responsável	Rodrigo Mendes/DAR AD		
Indicadores/metas	Indicadores		Data de Início	Data de Término		
	1. Volume de água consumido		nov/15	dez/16		
	2. Volume de água por área construída					
	3. Gasto com água					
	4. Gasto com água por área construída					
AÇÕES	JUSTIFICATIVA	ETAPAS	UNIDADES ENVOLVIDAS	STATUS		
Substituição de torneiras convencionais, por torneiras, com temporizador.	Torneiras com temporizador reduzem o consumo de água superior a 30%	Realizar levantamento das unidades que sofrerão a substituição	DCEA	A fazer		
		Licitar e adquirir torneiras com temporizador	DCA/DARAD/DCMP	A fazer		
		Realizar substituições na sede e no interior	DARAD/DCEA	A fazer		
Substituição de descargas e válvulas de mictório.	Essa medida visa uma economia superior a 50% no consumo de água.	Realizar levantamento das unidades que sofrerão a substituição	DCEA	A fazer		
		Licitar e adquirir descargas e válvulas	DCA/DARAD/DCMP	A fazer		
		Realizar substituições na sede e no interior	DARAD/DCEA	A fazer		
Diminuição da utilização de água potável para jardinagem e lavagem de locais comuns	Reducir o consumo excessivo de água para tais tarefas por falta de orientação sobre métodos e periodicidade necessários	Realizar estudo de consumo de água para jardinagem e lavagem de locais comuns	DARAD/NSA	A fazer		
		Conscientização dos encarregados de jardinagem e limpeza	DARAD/NSA	A fazer		
		Aplicar medidas para redução do consumo	DARAD	A fazer		
Monitorar a situação das instalações hidráulicas	Necessidade de verificar situações que possam estar influenciando negativamente no consumo que não existe um plano de vistoria periódica	Elaborar plano de Vistoria periódica	DARAD/NSA	A fazer		
		Realizar vistoria das instalações	DARAD/DCEA	A fazer		
		Execução das medidas necessárias	DARAD/DCEA	A fazer		
Implementação de campanha de divulgação voltada a conscientização para redução de consumo de	Necessidade de redução do gasto com água, visto que muito do consumo verificado advém de falta de conscientização por parte de servidores e usuários do Poder Judiciário	Planejar campanha de divulgação	DARAD/NSA/DICOM	A fazer		
		Criar materiais de divulgação e sensibilização	DARAD/DICOM	A fazer		
		Implementar campanha de divulgação	DICOM	A fazer		

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas					
áqua	ENERGIA ELÉTRICA	TEMA	ENERGIA ELÉTRICA		
Grupo de indicador		Gestor / Unidade Responsável	Guilherme Rebelo / DARAD		
Objetivo	Redução do consumo e, consequentemente, dos gastos com energia elétrica utilizando práticas sustentáveis	Data de Início	Data de Término		
Indicadores/metas	Indicadores	Metas para 2016		dez/16	
	Quantidade de kwh consumidos	4.545.376,22 (-2%)			
	Quantidade de kwh consumidos/total da área construída	81 kwh (-2%)			
	Demandas registradas fora de ponta/demandas fora de ponta(%)	Em apuração			
	Demandas registradas de ponta/ demanda contratada ponta (%)	Em apuração			
	Valor(R\$) total das faturas	R\$ 1.982.322,27 (- 2%)			
	Valor (R\$) da fatura/ total área construída	R\$ 35,41 (-2%)			
AÇÕES	JUSTIFICATIVA	ETAPAS	UNIDADES ENVOLVIDAS	STATUS	
Implementação de campanha de divulgação voltada à conscientização para redução de consumo de energia elétrica	Necessidade de redução do gasto com energia elétrica, visto que muito do consumo verificado advém de falta de conscientização por parte de servidores e usuários do Poder Judiciário	Elaborar Campanha Criar materiais de divulgação e sensibilização Implementar campanha	DARAD/DICOM/NSA DICOM DICOM	A fazer A fazer A fazer	
Consolidar forma de apuração dos indicadores	Inexistência de dados consolidados sobre área construída das unidades do Poder Judiciário de Alagoas para cálculo de indicador de consumo por m2	Solicitar dados à DCEA Consolidar dados informados pela DCEA Calcular indicadores e estipular metas	NSA NSA NSA	Concluído Concluído Concluído	
Implementar ações de redução de consumo	Necessidade de implantar ações práticas redução e monitoramento do consumo de energia elétrica	Definir estratégia de monitoramento por unidade Elaborar plano de instalação de sensores de presença nos corredores e ambientes internos Executar plano de instalação de sensores de Presença nos corredores e ambientes internos	NSA/DCEA NSA/DCEA NSA/DCEA	A fazer A fazer A fazer	
Substituir lâmpadas convencionais por lâmpadas com maior eficiência	Necessidade de substituição de lâmpadas convencionais visto seu alto consumo energético ocasionando, consequentemente, aumento nos gastos públicos.	Verificar unidades que utilizam lâmpadas convencionais Elaborar plano de substituição de lâmpadas Adquirir lâmpadas com maior eficiência energética Substituir Lâmpadas conforme fim de vida útil	NSA/DARAD NSA/DARAD NSA/DARAD NSA/DARAD	A fazer A fazer A fazer A fazer	

energética				
Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas				
Grupo de indicador	Resíduos		TEMA	Gestão de Resíduos
Objetivo	Redução do consumo e destinação correta aos resíduos sólidos produzidos		Gestor / Unidade Responsável	Guilherme Rebelo/DARAD
Indicadores/metas	Indicadores Quantidade(kg) de papel destinado á reciclagem Quantidade (kg) de suprimentos de impressão destinados à reciclagem Quantidade (kg) de plástico destinado à reciclagem Quantidades (unidades) de lâmpadas encaminhadas para descontaminação Quantidades (kg) de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação Quantidade (kg)de madeira destinada à reciclagem Quantidade (kg) de vidros destinados à reciclagem Quantidade (kg) de metais destinados à reciclagem Quantidade (kg)de resíduos de saúde destinados à descontaminação Quantidade(kg) de resíduos sólidos de obras destinados a reciclagem Quantidade (kg) de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, dentre outros) destinados à reciclagem. Quantidade (kg) de resíduos recicláveis destinados às cooperativas		Data de Início	Data de Término
AÇÕES	JUSTIFICATIVA	ETAPAS	UNIDADES ENVOLVIDAS	STATUS
Realizar certame de habilitação de cooperativa de catadores de lixo responsável pela coleta	Habilitar cooperativa de catadores de material reciclável descartados pelo Tribunal de Justiça Alagoano	Abrir Termo de Referência para habilitar cooperativas de catadores de lixo Elaborar Edital de Convocação Convocar cooperativas habilitadas Assinatura do termo de cooperação Elaborar cronograma de coleta junto à cooperativa	NSA/DCA NSA/DCA NSA/DCA NSA/DCA NSA	Concluído Concluído Concluído Concluído A fazer
Adquirir coletores de lixo para separação de resíduos sólidos recicláveis e de risco ambiental gerados na sede do TJ / AL	As aquisições constam no Projeto "TJ Eco Consciente e Solidário", aprovado no 1º Edital Interno de Projetos do Tribunal de Justiça que tem por objeto coletores de lixo reciclável, com a finalidade de acondicionar de maneira mais adequada os resíduos gerados na sede do Tribunal, possibilitando a separação dos resíduos recicláveis dos perigosos e contaminantes.	Abrir Termo de Referência para aquisição dos coletores de lixo Licitar e adquirir os coletores de lixo Distribuição dos coletores no prédio sede do TJ/AL	APMP DCA NSA/DCEA	Concluído Concluído A fazer

Promover a campanha da Coleta Seletiva	Realizar campanha de conscientização e sensibilização de servidores, magistrados e usuários do Poder Judiciário Alagoano visando à correta separação de lixo durante suas atividades	Planejar campanha de divulgação	NSA/DICOM	A fazer
		Elaborar materiais da campanha de divulgação	DICOM	A fazer
		Implementar campanha de divulgação	DICOM	A fazer
Distribuir lixeiras em pontos estratégicos das salas e setores para separação dos resíduos em recicláveis e não recicláveis e treinar pessoal da limpeza.	Necessidade promover a separação desde a origem do descarte no prédio sede do Tribunal.	Confeccionar adesivos para lixeiras.	NSA/DICOM	A fazer
		Distribuir lixeiras estrategicamente nas salas, setores e corredores.	NSA	A fazer
		Treinar equipes de Limpeza	NSA/DARAD	A fazer
Publicar resultados ao público interno e externo	Cumprimento dos critérios de transparência na divulgação dos resultados das ações implantadas	Realizar a apuração dos indicadores	NSA	Afazer
		Divulgar os resultados	NSA	Afazer

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas				
Grupo de indicador	Qualidade de vida no ambiente de trabalho			Qualidade de vida no ambiente de trabalho
objetivo	Atingir índices de qualidade de vida no trabalho			Gestor / Unidade Responsável
Indicadores/metas	Indicadores		Metas para 2016	
	Participação dos servidores e/ ou ações voltadas para qualidade de vida no trabalho		5% (crescimento 3%)	
	Participação de servidores em ações solidárias (ex. inclusão digital, alfabetização, campanhas voluntárias)		7% (crescimento de 5%)	
	Ações de inclusão para servidores com deficiência		2 ações	
AÇÕES	JUSTIFICATIVA	ETAPAS		UNIDADES ENVOLVIDAS
Realização de campanha de vacinação periódica (Gripe, Tétano, Hepatite B)	Prevenção de gripe, tétano, hepatite B	Realização de mutirões de vacinação, semestralmente, nos servidores do Tribunal de Justiça, no limite das doses cedidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Maceió a este Poder.		DSQV- Depto. De Saúde e Qualidade de Vida/Tribunal de Justiça de Alagoas
		Realização de mutirões nos servidores, semestralmente, do Fórum da Capital, no limite das doses cedidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Maceió a este Poder.		DSQV- Depto. De Saúde e Qualidade de Vida/Fórum da Capital
Realização de ações de atenção à saúde da mulher	Prevenção de câncer de colo uterino e mama	Realização de captação de servidoras terceirizadas (serviços gerais) para consultas ginecológicas		DSQV- Depto. De Saúde e Qualidade de Vida/Tribunal de Justiça de Alagoas
		Encaminhamento para realização de exames complementares (citologia oncoética, ultrassonografia de mamas e mamografia)		DSQV- Depto. De Saúde e Qualidade de Vida/Tribunal de Justiça de Alagoas / Santa Casa de Maceió
		Avaliação dos resultados e encaminhamento para tratamento		DSQV- Depto. De Saúde e Qualidade de Vida/Tribunal de Justiça de Alagoas

		Realização de captação de servidoras terceirizadas (serviços gerais) para consultas ginecológicas	DSQV- Depto. De Saúde e Qualidade de Vida/Fórum da Capital	A fazer
		Encaminhamento para realização de exames complementares (citologia oncótica, ultrassonografia de mamas e mamografia)	DSQV- Depto. De Saúde e Qualidade de Vida/Tribunal de Justiça de Alagoas / Santa Casa de Maceió	A fazer
		Avaliação dos resultados e encaminhamento para tratamento	DSQV- Depto. De Saúde e Qualidade de Vida/Fórum da Capital	A fazer
Realizar ações através de Núcleo de prevenção às drogas do Poder Judiciário de Alagoas	Prevenção às drogas	Acolhimento e orientação de todos os servidores e/ou seu familiares que necessitem de atenção e cuidado quanto às problemáticas das drogas	DSQV- Depto. De Saúde e Qualidade de Vida/Tribunal de Justiça de Alagoas	Em andamento
		Realizar sensibilizações dos servidores quanto à problemática das drogas nos setores deste Poder Judiciário	DSQV- Depto. De Saúde e Qualidade de Vida/Tribunal de Justiça de Alagoas	A fazer

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas				
Grupo de indicador	TELEFONIA			TEMA
Objetivo	Redução do consumo e gastos com água			Gestor / Unidade Responsável
Indicadores/metas	Indicadores		Metas para 2016	
	Gasto médio de contrato de telefonia fixa		Em apuração	
	Gasto médio de contrato de telefonia móvel *		R\$ 1.041,00(+9,6%)	
	Gasto total do contrato de telefonia fixa		R\$ 440.000,00(-18,5%)	
AÇÕES		JUSTIFICATIVA		UNIDADES ENVOLVIDAS
Levantamento e atualização de todas as linhas fixas do poder judiciário de alagoas:	Percebeu-se que nas faturas de Telefonia fixa, linhas que não estão sendo utilizadas, mas que continuam sendo pagas como taxas mínimas. Com o novo contrato Embratel existem também linhas da Telemar que foram solicitadas portabilidade e outras que precisam ser excluídas por terem sido substituídas por centrais da Embratel. Por isso, faz-se necessário o levantamento das reais necessidades e atualização do quantitativo e descritivo.		Atualização de todos as linhas/ramais do Tribunal SEDE	
			Atualização de todas as linhas/ramais do Fórum da Capital e juizados da Capital	
			Atualização de todas as linhas das comarcas do Estado	
			Identificação das linhas Telemar desnecessárias e sem uso atual	
			Autorização para exclusão de linhas sem uso atual	
			Conclusão do processo de Portabilidade Telemar/Embratel	
			Criação de planilha com a descrição detalhada de todas as linhas fixas, separadas por setores/unidades	
			Atualização do Site do Tribunal de Justiça de Alagoas	
Ação para telefonia fixa:	Por existir uma grande quantidade de linhas fixas no Poder Judiciário de Alagoas, faz-se necessário um levantamento do		Reunião com Embratel para explanação e detalhamento de todas as taxas cobradas nas faturas recebidas para pagamento;	
			Análise crítica das faturas dos últimos 12 meses de	

	<p>consumo por unidade, através de planilha setorizada, forma generalizada (valor do consumo total com Telefonia Fixa);</p> <p>Com o ranqueamento para que seja possível identificar as possibilidades de redução de gastos com telefonia fixa em todo o Estado.</p>	<p>Criação de Planilha de consumo setorizada (Unidades/Setores);</p> <p>Inserir dados na Planilha de consumo setorizada e Análise crítica do consumo com ranqueamento (valores do consumo por unidade/setores)</p> <p>Verificação do uso e consumo DDI 021, 031 e 015;</p> <p>Solicitação de bloqueio do uso 031 e 015 nas contas Embratel;</p> <p>Solicitação de bloqueio do uso 021 e 015 nas contas Telemar;</p> <p>Acompanhamento e controle dos gastos com telefonia fixa;</p>	DARAD	A fazer
		<p>Criação do formato da Campanha (logo, slogan, material a ser utilizado, etc)</p> <p>Criação de metas de redução de custos com possíveis premiações;</p> <p>Campanha de conscientização;</p> <p>Acompanhamento periódico das metas estabelecidas;</p> <p>Divulgação dos resultados obtidos;</p> <p>Premiação</p>	DICOM-DARAD	A FAZER
	<p>Ação para telefonia fixa: campanha "reduzindo custos com telefonia"</p> <p>Após a atualização e levantamento de consumo de todas as linhas utilizadas pelo Poder Judiciário de Alagoas, faz-se necessário implementar uma campanha de redução de custos com Telefonia fixa, bem como conscientização do bom uso da Telefonia.</p>		DARAD - APMP	A FAZER
		<p>- Conclusão das instalações das centrais telefônicas digitais;</p>	Gestor Telefonia Fixa - Gestor Central Telefônicas (DARAD) / DIATI / EMBRATEL / TELESERV	A fazer
		<p>- Criação de Projeto de Implantação dos sistemas de Ramais</p>	DARAD - DIATI - EMBRATEL - TELESERV	A FAZER
		<p>- Execução do projeto Sistema de Ramais Embratel</p>	EMBRATEL - TELESERV - DIATI	A FAZER

() Visando aumento da eficiência com redução de custos finais estão sendo substituídas linhas fixas por móveis, o que acarretará, momentaneamente, para 2016 um aumento nos gastos com telefonia móvel.*

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas				
Grupo de indicador objetivo	VIGILÂNCIA		TEMA	VIGILÂNCIA
	Gestor / Unidade Responsável	Data de Início	Data de Término	
Indicadores/metas	Indicadores	Metas para 2016	nov/15	dez/16
	Valor total anual do contrato/ quantidade de postos	R\$ 4.654,05 (-5%)		
AÇÕES	Adotar vigilância eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário Alagoano	Valor total anual de repactuação/ valor total anual de assinatura do contrato anterior	0,95	
		JUSTIFICATIVA	ETAPAS	UNIDADES ENVOLVIDAS
		Necessidade de proporcionar um ambiente seguro para servidores e usuários do sistema judiciário, executando serviços que visem guardar seu patrimônio físico e pessoal.	Elaborar Termo de Referência de sistema de monitoramento eletrônico com critérios de sustentabilidade	DARAD
			Levantar o real dimensionamento de cada unidade	DCEA
			Realizar certame licitatório para contratação de empresa de vigilância eletrônica	DCA
			Assinar contrato com o fornecedor do serviço	SUBDIREÇÃO GERAL
			Realizar cronograma de visitas às unidades com a finalidade de estipular a quantidade de câmeras e alarmes a serem instalados	DARAD/ASS. MILITAR
Revisar as especificações técnicas dos contratos de vigilância terceirizada	Revisar as especificações técnicas dos contratos de vigilância terceirizada		Solicitar instalações	DARAD
			Revisar contratos durante fase de renovação/repactuação	DARAD/GESTORES
			Levantar dados técnicos que tornem o contrato mais oneroso ao Poder Público	DARAD/GESTORES

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas				
Grupo de indicador	LIMPEZA		TEMA	LIMPEZA
Objetivo	Redução do gasto com serviços de limpeza e aquisição de materiais		Gestor / Unidade Responsável	Noel Dourado / DARAD
Indicadores/metas	Indicadores		Metas para 2016	Data de Início
	Gasto com limpeza -Valor (R\$) anual do contrato/ área construída		R\$ 160,42 (-5%)	nov/15
	Valor total anual de repactuação/ valor total anual da assinatura do contrato anterior		0,97	
Valor (R\$) gasto com aquisição de material de limpeza		R\$ 112.488,70 (-5%)		dez/16
AÇÕES	JUSTIFICATIVA	ETAPAS		UNIDADES ENVOLVIDAS
Implantar a fiscalização de contrato, sobretudo no que se refere à entrega de material de limpeza	O fornecimento de materiais de limpeza está inserido no contrato com empresa terceirizada, todavia não existe controle da entrega	Consultar o departamento de RH sobre existência de servidores no quadro do TJ que detenham conhecimento sobre consumo de material de limpeza	DAGP/DARAD	A fazer
		Solicitar à Comissão de Meio Ambiente que delibere a indicação do fiscal do contrato	COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE	A fazer
		Designação do fiscal do contrato	SUB-DIRETORIA GERAL	A fazer
		Elaboração das planilhas de controle	DARAD/COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE	A fazer
		Início das atividades de fiscalização	DARAD	A fazer
Realizar estudo sobre a necessidade atual da quantidade de materiais de limpeza do TJ/AL	Necessidade de criação de parâmetros para que se faça um melhor acompanhamento do consumo de materiais de limpeza	Buscar parâmetros de outras instituições para comparação com os valores de consumo verificados no TJ/AL	DARAD	A fazer
		Utilizar parâmetros para readequação do contrato vigente dentro dos limites legais	DARAD	A fazer
Inserir no próximo Termo de Referência práticas sustentáveis para o contrato	Os colaboradores do contrato de limpeza não possuem capacitação para o consumo consciente dos materiais.	Buscar diretrizes contratuais utilizadas em outras organizações acerca da utilização consciente de recursos de limpeza	DARAD	A fazer
		Verificar no mercado a existência de produtos de asseio que sejam atóxicos ou de baixa toxicidade	DARAD	A fazer
		Elaborar cláusula de responsabilização da contratada pela reciclagem e destinação do resíduo gerado	DARAD	A fazer
		Incluir no próximo Termo de Referência esses parâmetro	DARAD	A fazer

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas				
Grupo de indicador	COMBUSTÍVEIS		TEMA	COMBUSTÍVEIS
Objetivo	Redução do consumo e gasto com combustíveis		Gestor / Unidade Responsável	James Edwin Alarcão/ DARAD
Indicadores/metas	Indicadores	Metas para 2016	Data de Início	Data de Término
	Quantidade de litros de gasolina consumidos/quantidade de km rodados	Dependente de implantação de sistemática que permita apuração sobre consumo de forma fidedigna.	nov/15	dez/16
	Quantidade de litros de etanol consumidos/quantidade de km rodados			
	Quantidade de litros de diesel consumidos/quantidade de km rodados			
AÇÕES	JUSTIFICATIVA	ETAPAS	UNIDADES ENVOLVIDAS	STATUS
Elaboração de uma tabela de consumo de combustíveis por unidade	Estratégia a ser utilizada para reduzir gasto excessivo de combustíveis por meio de exposição de uma tabela de consumo de combustíveis por unidade com expectativa de sensibilizar para uma minimização dos gastos.	Criar e implantar sistemática de apuração dos indicadores sobre consumo de combustíveis de forma fidedigna. Dar publicidade mensalmente à tabela de consumo de combustíveis, em ofício circular, publicação no sitio na internet. Elaboração de uma planilha com os indicadores de consumo por setor Elaboração de uma planilha com os indicadores de consumo por veículo	Setor de Transporte / DARAD Setor de Transporte / DARAD/ DICOM / DIATI Setor de Transporte / DARAD/ DICOM / DIATI Setor de Transporte / DARAD/ DICOM / DIATI	Em andamento A fazer A fazer Concluído

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas				
Grupo de indicador	VEÍCULOS		TEMA	VEÍCULOS
Objetivo	Redução da emissão de substâncias poluentes e custos de deslocamentos utilizando os veículos do Poder Judiciário de forma sustentável		Gestor / Unidade Responsável	James Edwin Alarcão/ DARAD
Indicadores/metas	Indicadores		Metas para 2016	Data de Início
	Quantidade de veículos utilizados no transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais/total de servidores		0,02	nov/15
	Quantidade de veículos utilizados no transporte de magistrados/ total de magistrados		0,13	
AÇÕES	JUSTIFICATIVA	ETAPAS		UNIDADES ENVOLVIDAS
Implantação de um sistema de rastreio veicular	Através de uma central de monitoramento será aprimorado o controle sobre os veículos, bem como haverá uma segurança maior junto aos veículos e seus ocupantes além de uma diminuição dos valores dos seguros.	Iniciar elaboração de Termo de Referência		Setor de Transporte / DARAD
		Contratação		DARAD
Implantação de um sistema unificado de utilização dos veículos da frota oficial do TJ/AL	Atualmente, a maioria dos setores do TJ possui seu veículo/motorista, exclusivo, ocasionando um desgaste desigual da frota bem como um déficit de motoristas a alguns setores e, por vezes, ocasionando uma ociosidade dos motoristas exclusivos. A implantação do sistema de rodízio ou unificação da frota permitiria atender de forma mais equitativa e ágil os vários setores do tribunal além de permitir um menor desgaste e consumo de combustível da frota.	Elaborar estudos sobre a melhorar forma de implantar o controle unificado		Setor de transporte
		Treinamento e capacitação dos motoristas para as novas atividades a serem executadas		Setor de Transporte
		Consulta aos setores que possuem veículos exclusivos sobre a nova formatação do transporte		Setores do TJ
		Elaboração de minuta para normatização do novo sistema		Setor de Transporte/Presidência
Realização de estudo viabilidade de substituição da frota, por veículos locados	Elevado custo de manutenção da Frota	Autorização presidência para início do estudo de viabilidade		Presidência
		Realização do Estudo com levantamento das necessidade de todo o Tribunal em relação a transporte, verificando as ociosidades e os déficits existentes.		Setor de Transporte / DARAD
		Analise e aprovação do estudo		Presidência /Comissão de Meio Ambiente e Presidência
		Contratação se aprovada		Setor de Transporte / DARAD

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas				
Grupo de indicador	LAYOUT		TEMA	LAYOUT
Objetivo	Redução de despesas com investimento em reformas		Gestor / Unidade Responsável	Marçal Fortes Silveira Cavalcanti / DCEA
Indicadores/metas	Indicadores		Data de Início	Data de Término
	Valor gasto com reformas no ano vigente/ Valor gasto com reformas no ano anterior		R\$ 25.000.000,00 (redução de 16,6%)	nov/15 dez/16
AÇÕES	JUSTIFICATIVA	ETAPAS	UNIDADES ENVOLVIDAS	STATUS
Implantar novas tecnologias de construção focadas na redução de custos e desenvolvimento sustentável.	Alto valor gasto com as construções novos Fóruns e reformas de unidades do Poder Judiciário	Implantar novas tecnologias de construção focadas na redução de custos e desenvolvimento sustentável.	DCEA	A fazer
Criar indicadores para medição da redução media de gastos com reformas nas unidades do Poder Judiciário	Falta de indicador que apure mais precisamente o gasto com reformas e construções	Definir forma de calculo dos indicadores	DCEA	A fazer
		Apurar dados para alimentar indicadores	DCEA	A fazer
		Calcular indicadores	DCEA	A fazer
		Publicar resultados comparativos de evolução dos indicadores	DCEA	A fazer

Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas				
Grupo de indicador	Capacitação dos servidores em educação socioambiental		TEMA	Capacitação dos servidores em educação socioambiental
Objetivo	Capacitar e conscientizar servidores sobre a questão ambiental		Gestor / Unidade Responsável	Guilherme Rebelo / DARAD
Indicadores/metas	Indicadores	Metas para 2016	Data de Início	Data de Término
Realizar 9 eventos de sensibilização para implantação da Coleta Seletiva	Quantidade de ações de sensibilização e capacitação em meio ambiente	9 ações	nov/15	dez/16
AÇÕES	JUSTIFICATIVA	ETAPAS	UNIDADES ENVOLVIDAS	STATUS
Realizar 9 eventos de sensibilização para implantação da Coleta Seletiva	Tem como finalidade garantir a efetividade dos programas de coleta seletiva a serem nas unidades do Tribunal de Justiça de Alagoas	Elaborar cronograma de expansão do Projeto TJ Eco Consciente e Solidário	NSA	A fazer
		Implantar Projetos de Coleta seletiva nas Unidades previstas no cronograma incluindo as capacitações necessárias.	NSA	A fazer

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos integrantes da Comissão Ambiental, aos componentes do Núcleo Socioambiental, aos Gestores de Indicadores e aos demais servidores que colaboraram para o levantamento de informações, proposições de ações e definição de metas voltadas à redução de consumo e controle de resíduos, pois contribuíram de forma decisiva para a criação do primeiro Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário de Alagoas.

A adoção do Plano ratifica o compromisso do Poder Judiciário de Alagoas em contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos seus servidores, a questão ambiental, além de colaborar com a superação do Macrodesafio Garantia dos Direitos de Cidadania, parte do Plano Estratégico do Poder Judiciário de Alagoas para o sexênio 2015/2020, instituído pela Resolução TJ/AL nº 3, de 24 de março de 2015.

Desembargador Washington Luiz Damasceno Freitas
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

Anexo I

*Relatório consolidado de bens adquiridos aplicando-se critérios de sustentabilidade –
Ano de 2015*

<i>ítem</i>	<i>Descrição</i>	<i>Nota</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Valor total</i>
1	PAPEL	000000900-1	5.000	RESMAS	R\$ 52.250,00
2	PAPEL	000002879-1	10.000	RESMAS	R\$ 103.900,00
3	PAPEL	918-AA	10.000	RESMAS	R\$ 103.900,00
4	MOBILIÁRIO	000055731-1	119	UNIDADE	R\$ 153.402,00
5	MOBILIÁRIO	000056206-1	463	UNIDADE	R\$ 433.254,00
6	MOBILIÁRIO	000056301-1	185	UNIDADE	R\$ 232.394,00
7	MOBILIÁRIO	00056368- 1	124	UNIDADE	R\$ 185.793,00
Total Investido aplicando-se critérios de sustentabilidade					R\$1.264.893,00

Obs: Vide anexo com relatório detalhado